

# Bindlaw



**Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 35/2022/A**

## **Região Autónoma dos Açores Assembleia Legislativa**

Orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2023.

**Decreto-Lei n.º 78/2022**

## **Presidência do Conselho de Ministros**

Altera a Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, que aprova medidas especiais de contratação pública, o Código dos Contratos Públicos e o Decreto-Lei n.º 60/2018, procedimentos administrativos necessários à atividades de investigação e desenvolvimento.

**Portaria n.º 30/2023**

## **Justiça e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social**

Procede à fixação do valor do fator de correção do indexante contributivo previsto no artigo 79.º-A do Regulamento da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/2015, de 29 de junho, para o ano de 2023.

**Decreto-Lei n.º 78/2022**

## **Presidência do Conselho de Ministros**

Altera a Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, que aprova medidas especiais de contratação pública, o Código dos Contratos Públicos e o Decreto-Lei n.º 60/2018, de 3 de agosto, que procede à simplificação de atividades de investigação e desenvolvimento.

## Resolução da Assembleia da República n.º 37/2022

### Assembleia da República

Recomenda ao Governo a regulamentação urgente do Decreto-Lei n.º 14/2021, de 12 de fevereiro, que «Altera o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional», permitindo a operacionalização da plataforma e da submissão online de requerimento.

## Portaria n.º 24-A/2023

### Finanças e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Procede à atualização anual das pensões de acidentes de trabalho para o ano de 2023.

## Portaria n.º 30/2023

### Justiça e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Procede à fixação do valor do fator de correção do indexante contributivo previsto no artigo 79.º-A do Regulamento da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/2015, de 29 de junho, para o ano de 2023.

## Decreto-Lei n.º 58/2022

### Presidência do Conselho de Ministros

Altera o Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais.

## Resolução da Assembleia da República n.º 38/2022

### Presidência do Conselho de Ministros

Recomenda ao Governo que tome iniciativas para formar um instituto europeu com o estatuto de laboratório associado ou do Estado.

## Portaria n.º 30/2023

### Justiça e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Estabelece as condições e os procedimentos aplicáveis à atribuição, em 2022, de um subsídio, no âmbito do auxílio de minimis ao setor da pesca, que corresponde a uma redução no preço final da gasolina e do gás de petróleo liquefeito (GPL) consumidos na pequena pesca artesanal e costeira, na pequena aquicultura e na salicultura, equivalente ao que resulta da redução da taxa aplicável ao gasóleo consumido na pesca.

## Decreto-Lei n.º 78/2022

### Presidência do Conselho de Ministros

Altera a Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, que aprova medidas especiais de contratação pública, o Código dos Contratos Públicos e o Decreto-Lei n.º 60/2018, de 3 de agosto, que procede à simplificação de procedimentos administrativos necessários à atividades de investigação e desenvolvimento.

# Bindlaw



## Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 35/2022/A

### Região Autónoma dos Açores Assembleia Legislativa

Orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2023.

## Decreto-Lei n.º 78/2022

### Presidência do Conselho de Ministros

Altera a Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, que aprova medidas especiais de contratação pública, o Código dos Contratos Públicos e o Decreto-Lei n.º 60/2018, procedimentos administrativos necessários à atividades de investigação e desenvolvimento.

## Portaria n.º 30/2023

### Justiça e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Procede à fixação do valor do fator de correção do indexante contributivo previsto no artigo 79.º-A do Regulamento da Caixa de Previdência dos Advogados Decreto-Lei n.º 119/2015, de 29 de junho, para o ano de 2023.

## Decreto-Lei n.º 78/2022

### Presidência do Conselho de Ministros

Altera a Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, que aprova medidas especiais de contratação pública, o Código dos Contratos Públicos e o Decreto-Lei n.º 60/2018, de 3 de agosto, que procede à desenvolvimento.

## Resolução da Assembleia da República n.º 37/2022

### Assembleia da República

Recomenda ao Governo a regulamentação urgente do Decreto-Lei n.º 14/2021, de 12 de fevereiro, que «Altera o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional», permitindo a operacionalização da plataforma e da submissão online de requerimento.

## Portaria n.º 24-A/2023

### Finanças e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Procede à atualização anual das pensões de acidentes de trabalho para o ano de 2023.

## Portaria n.º 30/2023

### Justiça e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Procede à fixação do valor do fator de correção do indexante contributivo previsto no artigo 79.º-A do Regulamento da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/2015, de 29 de junho, para o ano de 2023.

## Resolução da Assembleia da República n.º 38/2022

### Presidência do Conselho de Ministros

Recomenda ao Governo que tome iniciativas para formar um instituto europeu com o estatuto de laboratório associado ou do Estado.

## Portaria n.º 30/2023

### Justiça e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Estabelece as condições e os procedimentos aplicáveis à atribuição, em 2022, de um subsídio, no âmbito do auxílio de minimis ao setor da pesca, que corresponde a uma redução no preço final da gasolina e do gás de petróleo liquefeito (GPL) consumidos na pequena pesca artesanal e costeira, na pequena aquicultura e na salicultura, equivalente ao que resulta da redução da taxa aplicável ao gasóleo consumido na pesca.

## Decreto-Lei n.º 78/2022

### Presidência do Conselho de Ministros

Altera a Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, que aprova medidas especiais de contratação pública, o Código dos Contratos Públicos e o Decreto-Lei n.º 60/2018, de 3 de agosto, que procede à simplificação de procedimentos administrativos necessários à atividades de investigação e desenvolvimento.